

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA**  
**REQUERIMENTO Nº , DE 2025**  
(Do Sr. MAX LEMOS)

Requer a realização de Audiência Pública para debater denúncias de atrasos na implantação de linhas de transmissão de energia elétrica sob responsabilidade da Neoenergia, bem como possíveis práticas contratuais prejudiciais às empresas executoras.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Minas e Energia, com o objetivo de debater denúncias de atrasos na implantação de linhas de transmissão de energia elétrica sob responsabilidade da empresa NEOENERGIA, decorrentes de concessões de lotes adquiridos em leilões promovidos pela ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica.

**JUSTIFICAÇÃO**

Chegaram ao meu conhecimento, informações sobre denúncias relativas a atrasos significativos na execução de obras de implantação de linhas de transmissão sob responsabilidade da Neoenergia, o que vem ocasionando sérios prejuízos à infraestrutura energética nacional, criando gargalos que impactam diretamente o desenvolvimento econômico e a segurança energética do país.

Tais obras foram objeto de concessões obtidas pela referida empresa em leilões realizados pela ANEEL, o que implica compromisso contratual com prazos e padrões técnicos previamente estabelecidos. No entanto, relatos apontam para reiterados descumprimentos desses compromissos.

Os contratos oriundos dessas concessões, se submetem ao regime jurídico próprio das concessões públicas (Lei nº 8.987/1995), impondo ao concessionário o dever de execução adequada, contínua e eficiente do serviço, sendo juridicamente inadmissível a ocorrência de atrasos reiterados e injustificados na implantação das obras, e que as condutas alegadas comprometem a expansão da rede de transmissão, geram gargalos estruturais e podem repercutir sobre tarifas e qualidade do serviço prestado à população;



Adicionalmente, há denúncias consistentes acerca de práticas consideradas predatórias por parte da Neoenergia na relação com as empreiteiras contratadas para execução dos serviços. Entre os principais pontos levantados, destacam-se:

- Atrasos recorrentes nos repasses financeiros às empresas contratadas;
- Revisões unilaterais de cronogramas de execução;
- Readequações contratuais e de preços sem a devida transparência;
- Substituições de empreiteiras sem justificativas claras;
- Práticas que comprometem o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos.

Essas condutas, se confirmadas, podem não apenas comprometer a conclusão das obras, mas também gerar impactos severos sobre empregos, cadeia produtiva e a confiabilidade do setor elétrico nacional.

Vale salientar que a Neoenergia além de prejudicar os interesses públicos primários, têm posto em risco toda a cadeia de fornecimento do setor de energia elétrica, com especial prejuízo às empreiteiras e suas prestadoras de serviço imediatas, bem como aos seus milhares de empregados;

Diante da relevância do tema, torna-se imprescindível a realização de Audiência Pública para esclarecer os fatos, ouvir os diversos atores envolvidos e buscar soluções que garantam a regularidade das obras, o respeito aos contratos e a proteção do interesse público.

Para tanto, sugere-se o convite aos seguintes representantes:

- Representantes do Ministério de Minas e Energia
- CEO da Neoenergia - Eduardo Capelastegui Saiz ;
- Representantes da ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica.;
- Representantes da ABCEM – Associação Brasileira da Construção Metálica

Assim sendo, solicitamos o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente requerimento para que possamos dar as devidas justificativas à sociedade brasileira.

Sala da Comissão, em                    de                    de 2026.

Deputado MAX LEMOS





Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD262497866300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Max Lemos



Apresentação: 01/04/2026 13:19:46.217 - CME

REQ n.21/2026